

PROVIDÊNCIAS Ao presidir a sessão, Sarney (ao lado de Eduardo Siqueira Campos e Ney Suassuna) destacou a importância do debate - idéia apresentada no Plenário

Senado convida autoridades do Rio para debate sobre violência

Plenário deve abrigar, amanhã, reunião da Subcomissão de Segurança Pública com a governadora Rosinha Garotinho, o prefeito César Maia e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos

Página 4

Infra-Estrutura analisa projeto das parcerias público-privadas

Relator anuncia que vai apresentar parecer à comissão até o dia 27.

Página 8

Célio Azevedo



AUDIÊNCIA Osmar Dias e Hélio Costa (ao centro) ouvem explicações de diretores da Embratel

Comissão pode recomendar cancelamento da venda da Embratel

Transação é analisada em audiência pública na Comissão de Educação.

Página 6



Tebet negocia com o governo o parcelamento das dívidas fiscais de empresas em recuperação

LEI DE FALÊNCIAS

Relatório de Tebet favorece recuperação de empresas

Redução de burocracia e eliminação de outros entraves são anunciadas pelo senador Ramez Tebet ao apresentar seu relatório na Comissão de Assuntos Econômicos. Pedido de vista coletivo adiou para a próxima terça-feira a votação do parecer, que, segundo Tebet, amplia direitos dos trabalhadores.

Página 5

Maguito destaca homenagem do Senado a Cora Coralina

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) informou ontem ao Plenário que a Comissão de Educação (CE) aprovou, no início do mês, projeto de resolução (PRS 01/04) pelo qual o Arquivo do Senado passa a ser denominado Arquivo Cora Coralina. De autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o projeto teve Maguito como relator na comissão.

Na justificativa da proposta, Serys diz que Cora Coralina, "nascida em um tempo em que mulheres não tinham educação formal", venceu as dificuldades e tornou-se "um ícone para o país". Embora exercendo sempre suas funções como dona-de-casa, ela "jamais deixou de se afirmar em sua individualidade".

Para Maguito, Cora Coralina significa "a imagem e modelo da capacidade de superação das dificuldades enfrentadas como mulher que vive em uma sociedade de predominância masculina". A imposição de seu nome ao Arquivo do Senado, que guarda decisões importantes tomadas pela Casa desde o Império, reforçou o parlamentar, "será a junção de dois repositórios significativos da memória nacional: um físico, representado pelos documentos, e outro imaterial, representado por tudo o que significa Cora Coralina para o Brasil".



Maguito: arquivo da Casa recebe nome da poetisa

Agenda

Plenário deve examinar MP que proíbe bingos no país

A pauta de votações do Senado, que realiza sessão hoje, a partir das 14h30, continua trancada. O item mais polêmico a ser votado é o projeto (PLV 22/04) originado de medida provisória, que proíbe a

exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas conhecidas como caça-níqueis.

Sarney recebe presidente do TRE do Maranhão

O presidente do Senado, José Sarney, concede audiência hoje, às 11h, ao vice-presidente da Rede Record de Televisão, Bispo Marcos Pereira; às 12h, participa da cerimônia de lançamento da parceria entre a Unesco e a Rede Globo de Televisão; e, às

15h, recebe o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, desembargador Raymundo Liciano de Carvalho. Às 19h30, Sarney comparece à abertura da exposição *O Tesouro dos Mapas - A Cartografia na Formação do Brasil*.

Novas regras eleitorais na CCJ

Entre os itens a serem discutidos pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) hoje, a partir das 10h, estão duas propostas de emenda constitucional que mudam o processo eleitoral. A primeira (PEC 25/03) institui o segundo turno de eleições para as cidades com mais de 100 mil eleitores, enquanto a segunda (PEC 7/92) estabelece o número mínimo e máximo de vereadores por município.



Atendimento odontológico no SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota hoje, em reunião marcada para as 11h, projeto de lei da Câmara (PLC 3/02) que obriga a rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde a oferecerem atendimento odontológico. No mesmo horário, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado realiza reunião administrativa.

Exposição mostra mapas e objetos náuticos

Começa hoje, às 19h30, a exposição *O Tesouro dos Mapas - A Cartografia na Formação do Brasil*, no Salão Negro do Congresso Nacional. Entre os objetos na mostra, que pode ser visitada até o dia 1º de agosto, estão mapas e pergaminhos dos séculos 16 e 17, além de artigos náuticos da época.



Processo de venda da Embratel

A operação de venda da Embratel à empresa mexicana Telmex é tema de audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle, que se reúne hoje às 10h. Serão ouvidos, entre outros, representantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Associação Nacional de Investidores do Mercado de Capitais (Animec).

Legislação Participativa

Os destaques ao PPA devem ser discutidos hoje pela Comissão Mista de Orçamento, às 10h. No mesmo horário, a Comissão de Legislação Participativa vota projetos sugeridos por organizações, como o da Associação Comunitária de Chonin de Cima, que pede o fim da cobrança de assinatura de serviços telefônicos.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Motta pede a conclusão do Frigorífico Norte Capixaba

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) fez ontem apelo para que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, interceda junto ao Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres), de forma a garantir a continuidade do projeto Frigorífico Norte Capixaba.

– A implantação do frigorífico, orçado em R\$ 8,7 milhões, é uma das pouquíssimas alternativas econômicas daquela região. As obras têm de ser retomadas o mais rápido possível, pois são indiscutíveis os ganhos de seu pleno funcionamento – afirmou.

Segundo Motta, é preciso restabelecer o diálogo entre empresários e governo. Os empreendedores apresentaram propostas de conclusão do projeto, mas não receberam resposta do sistema Geres.

"PT é o Partido dos Tributos", diz Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) protestou ontem contra a alta tributação dos combustíveis brasileiros. Ele informou que o botijão de gás, que custava R\$ 4,80 em 1995, custa hoje mais de R\$ 30, um aumento que representa o dobro da inflação no período.

O senador criticou ainda a carga tributária da gasolina, em torno de 59,2%, e lembrou que, em 1953, o imposto único sobre a gasolina era de 4,8% sobre o valor de revenda.

– O PT é o Partido dos Tributos – disse Mão Santa.

O parlamentar pelo Piauí reclamou do alto preço da gasolina vendida no Brasil, 11,5% mais cara do que a média do mercado internacional.



Região precisa do empreendimento, afirma Motta



Mão Santa reclama do alto preço do gás e da gasolina

CPI da Terra investigará acusação contra o Incra

A pedido do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) e do deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), a comissão parlamentar mista de inquérito que está elaborando um diagnóstico sobre a situação fundiária do Brasil investigará se o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) está sendo parcial ao mediar os conflitos entre produtores rurais e trabalhadores sem terra. Um dos casos citados foi a intervenção do órgão na apuração da morte de Luiz Carlos Becker Amaral.

Segundo informou o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, em depoimento à CPI da Terra, a fazenda Lagoinhas, de propriedade da família Amaral, em Planaltina (GO), foi invadida no final do

ano passado por cerca de 40 lavradores. Uma bala de calibre 38 atingiu a cabeça e tirou a vida de Luiz Carlos.

Ainda conforme Nabhan Garcia, inquérito policial apontou o líder sem terra José Ailton da Silva, conhecido como Zé Barriga, como autor do tiro.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs que a UDR aceitasse uma negociação direta com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e outras entidades. Nabhan disse que aceitaria dialogar com qualquer entidade legalizada, mas não com o MST, que considera ilegal.

Amanhã, às 10h, a CPI receberá o presidente da Contag, Manoel José dos Santos.



AUDIÊNCIA O presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan (D), presta depoimento à comissão de inquérito presidida por Alvaro Dias (C)

Ruralista denuncia invasão

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, denunciou que cerca de 40 agentes da Polícia Federal invadiram, sem mandado de busca e apreensão, sua propriedade no Pontal do Paranapanema (SP) à procura de armas. A operação ilegal teria sido realizada no fim do ano passado. Em viagem de negócios a Mato Grosso quando ocorreu o incidente, Nabhan Garcia disse ter sido informado por seu irmão de que os policiais falaram que a ação era um primeiro recado, um aviso para ele deixar de fazer críticas a quem não devia.

— Quando recebi o comunicado de que minha fazenda estava sendo invadida, pensei que fosse o MST. Mas eram policiais usando apenas coletes, sem portar identificação. Arreben-

taram portas da casa e o cadeado de uma agroindústria. Reviraram tudo. Depois foram até a fazenda do meu pai, no imóvel vizinho. Mandaram todo mundo deitar no chão, chamaram de vagabundos. Reviraram as duas propriedades e só encontraram armas devidamente registradas — relatou.

O assunto foi levantado pelo presidente da CPI da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

O relator da comissão, deputado João Alfredo (PT-CE), leu jornais citando casos em que Nabhan Garcia teria incentivado a formação de grupos armados para proprietários garantirem a posse de suas fazendas. O presidente do UDR negou, mas expressou a opinião de que os produtores têm direito a contratar agência de segurança devidamente legalizada.



POLÊMICA Mudança na estrutura do Executivo é chamada de trem da alegria por opositores

Oposição critica MP que cria cargos no governo

■ Após seis horas de discursos de protestos de senadores, votação da medida é adiada para hoje

Sob intensa crítica dos partidos de oposição e depois de seis horas de discursos de protestos, o Plenário adiou para hoje a votação da Medida Provisória 163/04, que faz mudanças na estrutura do Executivo, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República. A MP, que extingue o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar, cria 2.793 cargos de confiança no governo, e esse ponto foi o mais criticado pelos opositores.

— Essa MP é um grande trem da alegria para os militantes do PT. Alguém em sã consciência acha que isso vai melhorar a qualidade da máquina pública? Todos os contratados terão de pertencer ao partido. E todos terão de destinar uma parte do salário para o partido. Com isso, os contribuintes estarão repassando ao PT pelo menos R\$ 3 milhões por ano — sustentou José Jorge (PFL-PE).

O líder do governo, Aloizio

Mercadante (PT-SP), afirmou que 1.472 vagas de funcionários comissionados serão destinadas a servidores públicos concursados e que fazem parte da carreira do governo. A outra parte, explicou, está apenas colocando de volta os cargos de confiança que o governo Lula tirou no ano passado, por medida provisória, que eliminou 10% dos 22 mil cargos de livre nomeação. Na época, o objetivo foi promover economia.

— Vamos ser honestos: o governo passado aumentou em 600% os gastos com consultorias. O governo Lula está corrigindo isso. Nos últimos anos, o governo contratou 160 mil pessoas terceirizadas sem concurso público. O governo do PT está abrindo concurso público para contratar 40 mil pessoas. Os pobres precisam de um Estado forte, qualificado, com servidores concursados — defendeu Aloizio Mercadante.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) contestou: essas novas contratações são políticas e não vão substituir terceirizados ou o trabalho de consultoria.

— Estou perplexo. O governo aumenta a carga de impostos, com a Cofins, e autoriza a contratação de quase 3 mil pessoas ligadas ao PT para ocupar cargos comissionados.

Revezaram-se na tribuna, com

críticas ou em defesa do governo, 22 senadores. Os opositores ironizaram em várias ocasiões a iniciativa do Executivo, afirmando que o governo estava diminuindo o desemprego, “mas para os filiados do PT”.

— Até parece que os atuais parlamentares da oposição não apoiaram sem restrições a política do governo passado de achatar salários, fechar ou vender empresas estatais e não substituir quem se aposentava no serviço público — disse Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) perguntou “quem vai fazer o serviço dos 120 mil aposentados dos últimos anos”, enquanto Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) apoiou a proposta, mas voltou a criticar o número de ministros do governo, desafiando os senadores petistas a listarem, de cabeça, os mais de 30 ministérios.

O relator-revisor foi Delcídio Amaral (PT-MS). Ele ponderou que a medida provisória segue as mesmas diretrizes que vêm dos governos passados de ajuste na estrutura de organização do governo. Em linhas gerais, a MP 163/04, que dividiu a Casa Civil com a Secretaria de Coordenação Política, concede aumento de 25% no adicional dado às gratificações dos cargos comissionados.

Comissão adia depoimento sobre ação do FBI

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Suplicy (PT-SP), anunciou o adiamento, para o dia 28, da audiência pública, que seria realizada ontem, em conjunto com a Comissão Mista de Controle

das Atividades de Inteligência (CCAI), para ouvir o depoimento de Carlos Alberto Costa, ex-chefe do escritório do Federal Bureau of Investigations (FBI) no Brasil, que relatou à revista *Carta Capital* episódios de espionagem realizada por agen-

tes secretos dos Estados Unidos junto a instituições do governo.

As duas comissões devem ouvir sobre o assunto os ministros da Justiça e do Gabinete de Segurança Institucional, além do diretor-geral da Polícia Federal.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

ANALOGIAS Heloísa adverte que pesquisa do IBGE permite vincular desemprego à miséria

Heloísa: drama do desemprego exige discussão sobre economia

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) defendeu ontem a discussão da política econômica, por entender que o assunto leva ao drama do desemprego, "o pior do sistema capitalista". Ela disse que tragédias como a do homem que ateu fogo ao próprio corpo em frente ao Palácio do Planalto ficam ocultas sob as "frias estatísticas".

Segundo a senadora, a análise correta dos levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permite avaliar facilmente a vinculação entre desemprego e miséria, desestruturação das famílias, prostituição e marginalização dos jovens.

Heloísa Helena lamentou que, em vez de adotar políticas adequadas, o governo se utilize de "farsas" como as reformas da Previdência e tributária, que, além de não propiciarem justiça social, fracassaram como indutoras do crescimento econômico. No caso da tributária, permitiu inclusive o que a senadora chamou de "saque" de 20% dos recursos do Orçamento da União pelo governo federal, retirando verbas da segurança pública.

Comissão do Senado vai discutir violência no Rio

■ Anúncio foi feito pelo presidente da Casa, José Sarney. Líderes partidários concordam com o debate

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública fará reunião no Plenário do Senado amanhã, a partir das 10h, com o objetivo de discutir e apontar soluções para a situação de violência no Rio de Janeiro, anunciou ontem o presidente José Sarney ao acatar sugestão dos senadores. Para a reunião, serão convidados a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, o prefeito César Maia, e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Sarney, que destacou a im-

portância do debate para todo o país, explicou que a Constituição não permite convocar autoridades de estados para depor no Senado, mas considerava ser "boa idéia" o convite partir da subcomissão. No encaminhamento da proposta, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), esclareceu que o presidente da subcomissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), concordava com a sugestão e já havia se comprometido a convidar as autoridades para comparecer ao Senado.

Arthur Virgílio frisou a importância de a Casa se debruçar sobre o assunto, mostrando a solidariedade dos parlamentares para com o povo do Rio de Janeiro. O senador ressaltou a necessidade de se criar uma frente parlamentar em defesa

do Rio de Janeiro, diante da gravidade dos fatos.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que também apoiou a proposta, anunciou que já havia conversado com o ministro Thomaz Bastos, que se colocou à disposição dos senadores para o debate. O senador pelo Rio de Janeiro Roberto Saturnino (PT) disse que o Senado, que representa a Federação, tem o dever de apontar soluções contra a violência que a população sofre nos estados.

Ney Suassuna (PMDB-PB) declarou a concordância do PMDB com a iniciativa. Já o líder do PFL, José Agripino (RN) sugeriu que o debate seja mais amplo, com a participação de todos os interessados na solução do problema.



REFLEXÃO Paim pede que governo encontre saída para o problema da falta de emprego

Paim oferece solidariedade a desempregado que se imolou

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou sua tristeza e solidariedade ao rapaz de 30 anos que, desempregado, tocou fogo em seu próprio corpo em frente ao Palácio do Planalto, na manhã de ontem. Ele está internado no Hospital Regional da Asa Norte, com queimaduras muito graves, disse o senador. O episódio, analisou o senador, deve levar as autoridades governamentais a refletirem sobre o desemprego, procurando saídas para esse grave problema social.

Paim fez, também, apelo para que a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprove, por unanimidade, a PEC 77, a chamada emenda paralela da reforma da Previdência, nos moldes em que foi votada no Senado.

– É fundamental que se honre a palavra empenhada, pois sua aprovação resultou de um acordo reunindo senadores e deputados, com aval do próprio presidente Lula. Será ruim para todos se o compromisso for desrespeitado, porque isso minará a confiança dos congressistas para celebrar acordos posteriores entre as duas Casas, ou com o governo – ressaltou.

Agripino diz que falta cooperação entre Poderes

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, ao comentar a sugestão de debate com autoridades do Rio de Janeiro, afirmou que a intenção é reuni-las para discutir os problemas que o poder público vem enfrentando no estado para combater o crime organizado.

Agripino observou que, apesar de dizerem que há cooperação entre os Poderes, na prática isso não está ocorrendo.

– Há muitas reclamações de um Poder contra os outros. Temos de analisar e estudar o que existe realmente de fato, pois quem está perdendo com tudo isso não é somente o Rio de Janeiro, mas o Brasil todo. Está correndo o mundo a fotografia de um dos mortos na guerra do narcotráfico sendo transportado em um carrinho de constru-

ção civil – assinalou.

Agripino Maia comentou ainda o depoimento de Waldomiro Diniz na comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, realizado ontem, sobre a fita em que ele aparece pedindo propina ao empresário de jogos Carlinhos Cachoeira.

O senador lembrou afirmação feita pelo ex-assessor da Casa Civil de que ele vinha sendo chantageado há bastante tempo pelo repórter-fotográfico Mino Pedrosa.

– O curioso é que Waldomiro sustentou que comunicara essa chantagem a ministros do governo, entre eles o da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. No momento em que o assunto chegou ao ministro, o governo deveria ter se preocupado. Mas



CONSEQÜÊNCIA Agripino afirma que todo o Brasil perde com a violência no Rio de Janeiro

o que vimos? Vimos Waldomiro pedir dinheiro ao empresário Carlinhos Cachoeira.

O líder do PFL disse acreditar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do mérito, deverá acatar o pedido feito pelo seu partido, para obrigar o presidente do Senado a indicar os nomes dos membros dos partidos da base apoio do governo para a CPI dos Bingos.

CAE aprova empréstimo de 427 milhões de euros do Bird

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável à autorização para que o Executivo contrate operação de crédito no valor de 427 milhões de euros junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), o Banco Mundial. Os recursos serão usados para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos no âmbito do

Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (Pafib).

O colegiado aprovou pedido de urgência na tramitação do projeto. A matéria, no entanto, só poderá ser votada quando a pauta do Senado estiver liberada das medidas provisórias que obstruem a ordem do dia.

A CAE acolheu ainda parecer favorável ao projeto (PLC 108/03) que inclui entre os beneficiários do Fun-

do de Participação dos Municípios (FPM) os integrantes de regiões metropolitanas que tenham população igual ou superior a 129 mil habitantes. O relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), explicou que apenas quatro municípios serão beneficiados atualmente com a modificação: Águas Lindas (GO), Timon (MA), Itaguari (RJ) e Queimados (RJ).

O senador Delcídio Amaral (PT-

MS) teve aprovado relatório sobre a programação monetária do Poder Executivo para o segundo trimestre de 2004. Em seu parecer, Delcídio destacou que a votação da programação monetária perdeu seu sentido com as mudanças feitas na política econômica brasileira desde a implantação do Plano Real. Para corrigir essa situação, no entanto, é preciso aprovar projeto que tramita no

Senado, liberando a CAE dessa obrigação.

– O que fazemos é cumprir um rito legal que está descolado da realidade – afirmou Delcídio.

O projeto que modifica o Financiamento do Ensino Superior (Fies) recebeu pedido de vista coletivo. A matéria retira a obrigatoriedade de se ter fiador para obtenção de financiamento.

LEI DE FALÊNCIAS Substitutivo introduz várias alterações no texto da Câmara, com a finalidade de aprimorar mecanismos de recuperação de empresas e assegurar preferência de pagamento dos créditos trabalhistas

Relatório de Tebet será votado terça-feira

Com o propósito de aperfeiçoar os mecanismos de recuperação de empresas e ampliar benefícios aos empregados, entre outros pontos, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apresentou ontem, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), substitutivo ao projeto de nova Lei de Falências. Ele manteve na íntegra apenas oito dos 222 artigos do texto aprovado pela Câmara. Pedido de vista coletivo adiou para a próxima terça-feira a votação do parecer.

Como grande novidade da nova lei (PLC 71/03), o relator

destacou a adoção de instrumentos que permitirão às empresas recuperáveis a superação de conjunturas adversas. Nesse sentido, considerou que o projeto abre novo leque de possibilidades de reorganização, aumentando as chances de recuperação efetiva das empresas. A proposta, continuou, acertou ao apontar os credores como as pessoas mais indicadas para decidir acerca da viabilidade do plano de recuperação preparado pelo devedor.

– Sem o trabalho da Câmara, especialmente o desenvolvi-

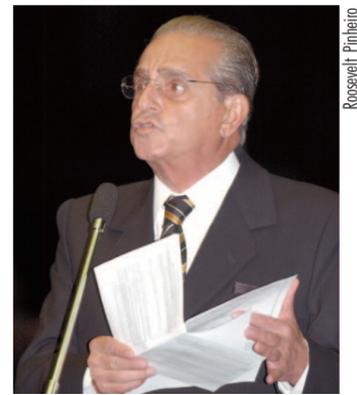
mento de mecanismos que modernizam o processo de falência, extingue a concordata e abre espaço para processos mais eficientes de recuperação de empresas, seria impossível que o Senado discutisse a proposta em prazo tão curto – reconheceu Tebet, que também é presidente da comissão. Ele criticou, entretanto, o texto enviado ao Senado, no que diz respeito à técnica legislativa.

Tebet destacou que o relatório pautou-se não apenas na necessidade de aumento de eficiência econômica, mas, prin-

cipalmente, na missão de dar conteúdo social à nova lei.

– O importante é que os trabalhadores não sejam vitimados pelo efeito social mais deletério das falências: o desemprego que decorre da desintegração de empresas falidas.

Segundo o senador, o parecer traz alterações procedimentais que podem ser consideradas profundas. “Esperamos ter justificado suficientemente a necessidade de um substitutivo para regular a falência, e a recuperação judicial e extrajudicial”, salientou.



IMPOSTO Ramez Tebet vai discutir prazo de parcelamento com Ministério da Fazenda

“Benefícios a trabalhadores são ampliados”

A ampliação dos benefícios aos trabalhadores foi um dos pontos destacados pelo senador Ramez Tebet em seu substitutivo ao projeto que institui a nova Lei de Falências.

Ele listou o limite individual para a preferência do crédito trabalhista, a “superprioridade” aos salários vencidos nos três meses anteriores à falência ou ao pedido de recuperação judicial e a “votação por cabeça nas deliberações dos trabalhadores sobre o plano de recuperação” como as principais conquistas da categoria.

– A preferência dos trabalhadores tem como fundamento a natureza alimentar de seu crédito. Se o trabalhador, que tem apenas a sua força de trabalho, não receber seus créditos, não terá condições de prover o seu sustento e o de sua família.

No que diz respeito à limitação da preferência do crédito trabalhista a 150 salários mínimos (R\$ 36 mil), Tebet destacou o apoio das centrais sindicais à medida. O objetivo, explicou, é evitar abusos nos processos falimentares, pelos quais administradores responsáveis pela bancarrota de empresas pleiteiam o recebimento de altos valores.

– Tal modificação, longe de piorar a situação dos trabalhadores, garante a eles maior chance de recebimento, pois se reduz a possibilidade de serem parte do valor que deveriam receber destinada ao pagamento dos altos valores a ex-administradores.



ANÁLISE Senadores da CAE pediram vista do projeto, após a apresentação do relatório por Ramez Tebet

Principais pontos do substitutivo

Recuperação judicial

Para facilitar a recuperação de empresas, o substitutivo, segundo Tebet, procura reduzir a burocracia e outros entraves que tornam a recuperação judicial onerosa.

Ele explicou que o prazo de 180 dias para suspensão de ações e execuções na recuperação judicial é “absolutamente improrrogável”, por se tratar de medida “gravíssima”, justificada excepcionalmente para dar alguma tranquilidade ao devedor para buscar sua recuperação.

Microempresas

O substitutivo prevê um plano especial simplificado para recuperação judicial das micro e pequenas empresas.

Por considerar que a realização de uma assembléia geral de credores poderia se tornar excessivamente onerosa para algumas empresas, o relator dispensa essa exigência em seu substitutivo, permitindo que o devedor apresente o plano di-

retamente à Justiça.

Além disso, no plano especial, somente créditos quirografários (que não têm preferência pela lei) seriam incluídos com parcelamento em 36 parcelas mensais.

Bloqueio da venda de bens

O relatório também inclui a suspensão da possibilidade de busca e apreensão de bens por credores que tenham garantias reais, o que, no projeto da Câmara, poderia ocorrer em casos como a alienação fiduciária e o arrendamento mercantil.

Tebet procurou conciliar os interesses das empresas que dependem de bens alienados para a continuação de suas atividades e dos credores proprietários.

Sucessão tributária

O substitutivo, assim como o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, define que não haverá sucessão tributária ou trabalhista para o adquirente, como forma de garantir os direitos dos trabalhadores e

do Fisco e permitir maior eficiência econômica nesses processos.

Na avaliação de Ramez Tebet, a obrigatoriedade da sucessão desses créditos para o novo proprietário da empresa faria com que os valores de venda das empresas fossem rebaixados.

Disposições penais

A proposta de Tebet faz ainda diversas alterações nas disposições penais previstas no texto da Câmara.

O relatório define como crimes a fraude contra credores, contabilidade paralela, violação do sigilo empresarial, divulgação de informações falsas, favorecimento de credores, entre outros.

O relator retirou crimes definidos de maneira genérica, para esbabelecer claramente que os delitos não se limitam ao período posterior à decretação da falência, e inclui uma nova possibilidade de aumento de pena.

Débito tributário é negociado

O senador Ramez Tebet anunciou ontem que vai esperar até a próxima terça-feira por um entendimento com o Ministério da Fazenda em torno da possibilidade de parcelamento, em até seis anos, das dívidas fiscais de empresas que estejam em processo de recuperação judicial, instituto a ser criado na futura Lei de Falências.

– Um credor privado de uma empresa em dificuldades pode parcelar a dívida, conceder uma anistia ou um perdão, mas o Fisco tem que cumprir a lei – explicou o senador.

O relatório estabelece que as dívidas com salários até cinco mínimos têm a preferência para pagamento. Uma empresa que entre em processo de recuperação judicial terá que pagar imediatamente as dívidas trabalhistas de até cinco salários mínimos – as demais, terão prazo de 12 meses. As empresas que, pela legislação atual, estão em concordata, mas com seus compromissos em dia, poderão requerer o benefício da nova lei e passar ao regime de recuperação judicial ou extrajudicial.

Conforme o relatório, nenhum credor poderá, em 180 dias, retirar bem essencial de uma empresa em processo de recuperação judicial.

Depois de aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria terá de ser submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de ir ao Plenário.

Costa pede suspensão da venda da Embratel

Requerimento apresentado em audiência pelo senador será votado pela Comissão de Educação

A venda do controle acionário da Embratel a grupos estrangeiros preocupa os próprios senadores da base de sustentação do governo, como ficou claro durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação (CE).

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) chegou a apresentar requerimento solicitando que o colegiado recomende ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a suspensão da venda da Embratel, até que sejam aprofundados os debates em torno da transação. A seu ver, é preciso saber se ela será benéfica ou não para o país, já que

estará em jogo o satélite de propriedade da Embratel. O requerimento será votado pelo colegiado na próxima semana.

Hélio Costa, autor do pedido para a realização da audiência pública, afirmou também não entender informações dando conta de que a Embratel pode ser vendida à empresa mexicana Telmex por US\$ 360 milhões, quando o consórcio formado pelas empresas Brasil Telecom, Telefônica do Brasil, Telemar, Geodex e Fundação Telos ofereceu US\$ 550 milhões por ela.

– Tudo isso é muito estranho e deve ser esclarecido – alertou Hélio Costa, para quem a venda da Embratel à Telmex, se concretizada, estará “atendendo a um dos maiores lobbies políticos e econômicos jamais visto no Brasil”. Ele também defendeu, a exemplo do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), a necessidade de o controle acionário da empresa voltar às

mãos de brasileiros, com a devida participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), já que a telecomunicação, a exemplo do petróleo, é um setor estratégico. O mesmo pensamento foi externado por Juvenício da Fonseca (PDT-MS).

O diretor da Embratel, José Roberto Souza Pinto, ressaltou que a privatização das teles foi uma opção política de governo, endossada pelo Congresso. Em resposta a Aelton Freitas (PL-MG), ele informou que a quantidade apresentada pela Telmex para a compra da Embratel foi fruto de avaliação feita por empresas especializadas. O senador Efraim Morais (PFL-PB) estranhou que a venda da Embratel seja concretizada por um preço cinco vezes menor do que quando foi privatizada, na década de 90. E disse que saía da reunião com mais dúvidas sobre a venda da empresa.



DEBATE Dirigentes da Telmex, da Anatel, da CVM e da Embratel participam de audiência na CE

Telmex confirma proposta de compra

Durante audiência na CE, o diretor da Embratel, José Roberto Souza Pinto, informou que a empresa não está sendo vendida, mas apenas poderá ter o seu controle acionário transferido para outro grupo.

Também participou da audiência o vice-presidente da Telefônios del México (Telmex), José Formoso Martinez, controladora da empresa de telefonia celular Claro e que disputa

a aquisição da Embratel. Ele confirmou que a proposta da sua empresa é mesmo de US\$ 360 milhões e previu que a compra da Embratel irá permitir o fortalecimento econômico-financeiro da empresa.

Os senadores ouviram ainda o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Luiz Leonardo Cantidiano. Ele reafirmou que a instituição que dirige não pode interferir em

transações de mercado, mas adiantou que a CVM irá lutar para garantir os direitos dos acionistas, principalmente os minoritários.

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Pedro Jaime de Araújo, revelou que a Telmex protocolou pedido de anuência prévia para compra da Embratel e que o processo terá análise sigilosa, em até 60 dias.



SINDICÂNCIA Governo não conseguiu esclarecer os fatos, diz Arthur Virgílio

Virgílio registra “aniversário da impunidade” de Waldomiro

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), registrou ontem o “aniversário de dois meses da impunidade” do ex-assessor do Palácio do Planalto Waldomiro Diniz. O senador lembrou que o governo não conseguiu atender ao desejo da sociedade pela verdade sobre o escândalo. Até o momento, enfatizou, só foi feita uma sindicância, que produziu um do-

cumento sem ouvir o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o seu ex-assessor “e réu confesso” Waldomiro Diniz, que não teve respeitado seu direito de defesa.

– O governo, que veio moralizar esta República, convive muito à vontade com a impunidade. Waldomiro Diniz passava sua impunidade pela CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), com um *habeas corpus* no bolso, cercado-se de advogados competentes e de cuidados com que a lei brasileira prodigaliza malfeitores desse tipo – assinalou.

O senador chamou a atenção para algumas das declarações de Waldomiro à CPI da Alerj. A primeira delas, continuou, é a confirmação de que entregou dinheiro a “um certo Paulinho”, identificado como um dos chefes da campanha do PT no DF. A outra declaração é a de que, dizendo-se chantageado por Carlinhos Cachoeira, Waldomiro pediu providências ao então procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, ao corregedor-geral da República, Waldir Pires, e ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Governo já sabia das denúncias, afirma Antero

Ao comentar as declarações do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz à CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que elas deixaram claro que o governo já sabia desde julho do ano passado da existência das fitas gravadas pelo bicheiro Carlinhos Cachoeira, apresentadas pelo senador em Plenário há dois meses.

Antero anunciou que vai requisitar à Assembléia Legislativa fluminense que envie ao Senado os ofícios que Diniz disse ter encaminhado à Procuradoria Geral da República, à Corregedoria Geral da República e ao Ministério da Justiça.

Na avaliação do senador, é estranho que as autoridades do



ASSINATURAS Antero reforça pedido de CPI para investigar caso Waldomiro Diniz

governo nada tenham feito para barrar os movimentos do assessor e também tenham manifestado surpresa com o aparecimento das denúncias.

Segundo o senador, as declarações de Waldomiro provam que ele e Cachoeira mantinham conversas telefônicas constantes, mas lamentou que os sigilos telefônicos dos dois até hoje não tenham sido quebrados.

– Apelo mais uma vez aos senadores para que assinem o meu pedido de CPI para investigar o caso – invocou ele.



Ana Júlia quer proteção federal na eleição em Parauapebas

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) sugeriu que haja proteção federal durante a campanha e a eleição municipal de Parauapebas (PA), para garantir a liberdade de expressão e de manifestação política. Ela fez

apelo ao governador do Pará para que dê proteção ao jornalista Juno Brasil, proprietário do jornal *Gazeta Carajás*, que, segundo informou, sofreu violenta agressão do deputado estadual do PSDB, Faisal Salmon.

Ana Júlia explicou que a agressão teria sido motivada por matéria publicada na *Gazeta* sobre consulta feita ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), relativa à elegibilidade de ex-marido ao cargo exercido atualmen-

te por ex-mulher. Segundo o jornalista, essa seria a situação de Faisal em relação à atual prefeita, Izabel Mesquita. O TSE informou negativamente sobre essa possibilidade, relatou a senadora.

Capiberibe defende mandato e recebe apoio

■ “Provas foram forjadas pela máfia que combati quando prefeito e governador”, afirma o parlamentar

O senador João Capiberibe (PSB-AP) disse ontem que a eventual cassação de seu mandato, além de injusta, “feriria de morte a confiança no sistema eleitoral brasileiro”. Discursando pela primeira vez depois do início do julgamento de ação contra ele e a esposa, a deputada federal Janete Capiberibe, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o senador lamentou que aquela corte o esteja condenando com base na acusação de compra de voto levando em conta o testemunho de apenas duas pessoas que afirmam ter



ESTRANHEZA Capiberibe é acusado por duas pessoas que teriam recebido R\$ 26

recebido R\$ 26, cada uma.

Além de se defender, o parlamentar amapaense procurou dar um tom institucional ao seu discurso, no que foi apoiado por vários senadores que lhe prestaram solidariedade. Re-

presentantes de partidos da base do governo – à qual Capiberibe está alinhado – e também da oposição mostraram-se preocupados com a fragilidade das “provas” aceitas pelo TSE e pela facilidade com que parlamentares podem ter seus mandatos cassados por membros de um outro Poder. Até o momento, os três ministros que proferiram

seus votos condenaram o senador e a deputada.

– O problema, aí, ultrapassaria a figura do senador João Capiberibe, ultrapassaria a figura da deputada Janete Capiberibe. Ultrapassaria até, sejamos francos, o Senado Federal e o

Poder Legislativo. Feriria de morte a confiança que poderíamos ter no fundamento da democracia, que, com muita luta, conseguimos restabelecer – afirmou o senador.

Capiberibe recordou seu passado de batalhas contra a ditadura militar e suas campanhas eleitorais para prefeito de Macapá, para governador do Amapá por duas vezes e para o Senado, durante as quais levantou a bandeira da transparência. A esposa teria adotado a mesma postura, a ponto inclusive de devolver aos cofres públicos benefício mensal indevido no valor de R\$ 7 mil, como deputada.

– É possível perguntar que sentido teria envolver-se, nessas condições, em uma transação de compra de dois votos pela quantia de R\$ 26, cada um,

quando ela recebeu 23.203 votos do povo do Amapá – argumentou o senador.

João Capiberibe afirmou não compreender por que o Tribunal Superior Eleitoral aceitou recurso relativo a denúncia antes considerada inconsistente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. A acusação foi mantida mesmo depois de os advogados do parlamentar terem encaminhado ao tribunal fita de vídeo em que as duas testemunhas são flagradas pedindo R\$ 20 mil para mudar os depoimentos.

– Abre-se aqui um precedente inaceitável. Qualquer detentor de mandato eletivo estará permanentemente arriscado a perdê-lo – protestou o senador. E concluiu: “A máfia que combati quando prefeito e governador é que forjou essas provas”.

Governo e oposição prestam solidariedade ao senador

Líderes partidários e senadores tanto da base governista quanto da oposição apoiaram ontem o discurso em que o senador João Capiberibe defendeu seu mandato. Ele e sua esposa, a deputada federal Janete Capiberibe, estão sendo julgados pelo TSE com base na acusação de compra de votos.

Eduardo Suplicy – Ressaltando a seriedade com que o parlamentar amapaense tem conduzido sua vida pública, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ser digna de nota a luta de Capiberibe pela transparência na execução orçamentária. O senador petista acha que o TSE deveria examinar a acusação à luz dos fatos, chegando à conclusão de que Capiberibe é inocente.

Tiã Viana – Capiberibe não trocaria a dignidade de sua vida pública por R\$ 26, segundo afirmou Tiã Viana (PT-AC). Ele destacou que as testemunhas arroladas pela acusação foram pagas para dar depoimentos inverídicos, e lembrou a heróica trajetória de Capiberibe: as lutas na Aliança Libertadora Nacional (ALN), a participação nas Ligas Camponesas em Pernambuco, o exílio no Chile, a ida para o Canadá, a atuação em Moçambique e o trabalho com comunidades agrícolas na Amazônia.

Arthur Virgílio – Frisando que votou a favor da cassação de parlamentares corruptos, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), questionou a validade do

sistema de julgamento de parlamentares por membros de um outro Poder. Ele pediu o benefício da dúvida a Capiberibe, levando-se em conta o comportamento irrepreensível que vem demonstrando ao longo de sua carreira.

Antero Paes de Barros – A convicção de que o relator da matéria no TSE possa até rever seu voto, uma vez que está clara a manipulação das duas testemunhas, foi expressa por Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Ele advertiu que provas fraudadas não podem atingir um mandato.

José Agripino – O único crime de Capiberibe foi a “má assessoria”, no entender do líder do PFL, José Agripino (RN). Ele apelou ao TSE para que aceite como provas as fitas com o flagrante de extorsão das duas testemunhas que acusam Capiberibe de compra de votos. Recomendou que a acusação ao senador seja examinada confrontando-a com toda a sua vida pública.

Magno Malta – Conforme Magno Malta (ES), líder do PL, a distribuição de material apócrifo contra Capiberibe dentro do Senado deve ter a mesma origem das tentativas de envolvê-lo com o crime organizado. Malta pediu ao presidente do Senado que determine investigação sobre o homem que distribuiu o material.

Aloizio Mercadante – O líder do governo, Aloizio Mercadante

(PT-SP), lamentou que a defesa de Capiberibe tenha sido “muito precária”, prejudicada pelas virtudes do próprio parlamentar amapaense, um dedicado senador. Mercadante acredita que um memorando possa ser agregado ao processo no TSE relatando a trajetória política de Capiberibe.

Flávio Arns – A carreira política do senador aponta no sentido contrário ao do processo, afirmou Flávio Arns (PT-PR). Ele apelou aos ministros do TSE para que reexaminem com calma as circunstâncias da denúncia de compra de votos e revejam seus votos, levando em consideração inclusive as manifestações dos senadores.

Mesquita Júnior – O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) manifestou solidariedade a João Capiberibe, que “é um homem honrado e homem honrado não alardeia” sua condição, afirmou. Ele pediu aos ministros do Tribunal Superior Eleitoral que não se atenham unicamente aos autos do processo e procurem saber quem é João Capiberibe.

Roberto Saturnino – “O Senado está chocado com o TSE” no processo que pode levar à cassação de João Capiberibe e de sua mulher, destacou Roberto Saturnino (PT-RJ). Ele advertiu que, no processo no tribunal, “há um desencontro completo entre a futilidade da acusação e a gravidade da possível punição. Na visão dos se-

nadores, uma cassação será inteiramente injusta neste caso”.

Sérgio Guerra – Observando que esteve junto por muito tempo no PSB com o senador João Capiberibe, Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que as denúncias não são consistentes e não condizem com a personalidade do parlamentar amapaense. “Eu tenho a convicção, assim como têm todos os senadores, de que tudo será esclarecido e Vossa Excelência retomará suas atividades parlamentares normalmente.”

Lúcia Vânia – Segundo Lúcia Vânia (PSDB-GO), o senador João Capiberibe exerce seu mandato com “honradez e serenidade”, características de todos os seus gestos, e conta com a solidariedade de todos os senadores no processo que corre contra ele no TSE. “Tenho certeza de que a justiça será feita”.

Sibá Machado – Sugestão de que os senadores se pronunciem formalmente a favor da manutenção do mandato de Capiberibe foi formulada por Sibá Machado (PT-AC). Ele afirmou que os ministros do Tribunal Superior Eleitoral precisam conhecer todos os lados da questão, e assegurou a Capiberibe a solidariedade da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), que estava enferma.

Antonio Carlos Valadares – A qualidade da biografia política de Capiberibe e sua atuação digna e eficiente em todos os mandatos para os quais foi elei-

to, em especial no governo do Amapá, foram ressaltadas por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador disse que Capiberibe sempre se pautou pela defesa dos ideais democráticos.

Mão Santa – Em apoio a João Capiberibe, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que vê a mesma grandeza do povo do Piauí no povo do Amapá. “Lá no Piauí, os cassadores foram cassados”, assinalou. Mão Santa observou que tem fé na Justiça e que, apesar de tudo, é assim que se constrói e aperfeiçoa a democracia.

Heráclito Fortes – O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) lembrou um “período de dificuldade” política, quando teve Capiberibe como exemplo “de homem lutador e idealista”. Heráclito disse ainda ter certeza de que a justiça prevalecerá.

Alberto Silva – Ao destacar o reconhecimento popular à atuação política de Capiberibe, Alberto Silva (PMDB-PI) pediu licença para repetir as palavras ditas pelo senador Mão Santa no sentido de que o povo soube reconhecer a atividade política do senador amapaense, concedendo-lhe inúmeros mandatos consecutivos.

Leonel Pavan – Os 16 meses de convivência com Capiberibe aumentaram sua admiração pelo senador, afirmou Leonel Pavan (PSDB-SC), ressaltando que Capiberibe recebeu dos líderes partidários a admiração e o respeito pelo seu trabalho.

PPP deve priorizar garantias, sugere Tenório

Relator do projeto e presidente da CI querem votar logo a proposta. Audiência discutiu o tema ontem

O senador João Tenório (PSDB-AL) anunciou que deverá apresentar no próximo dia 27, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o relatório sobre o projeto que institui o sistema de parceria público-privada (PPP). Na opinião do senador, a questão das garantias para os investimentos a serem feitos pelo setor privado na construção de obras de caráter público, pelo novo modelo que o governo quer implantar, é o ponto do



SOLUÇÃO João Tenório aponta necessidade de segurança para investidor privado

projeto (PLC 10/04) que merece maior reflexão.

A constatação foi feita após a audiência pública realizada

ontem pela CI e que teve a participação do presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas da Previdência Complementar (Abrapp), Fernando Antonio Pimentel de Mello; do presidente da Confederação Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Paulo Safady Simão; do vice-presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), Ralph Lima Terra; do secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Demian Fiocca; e do secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Joaquim Levy.

Para João Tenório, o modelo embutido no PPP traz como contribuição importante a mo-

dificação do conceito “predador-presa” que existe no relacionamento entre setor público e privado, marcado muitas vezes pela desconfiança. Ele reforçou, contudo, ser necessário que o modelo seja desenvolvido com base em regras claras, pois, caso contrário, correrá o risco de não receber adesão dos investidores.

O presidente da comissão, senador José Jorge (PFL-PE), assegurou que a CI aprovará o projeto o mais rápido possível. Para ele, entretanto, o modelo poderá se tornar “letra morta” se não forem estabelecidos os marcos regulatórios corretos e se não houver autonomia para as agências reguladoras, responsáveis, juntamente com os ministérios, pelo acompanha-

mento e fiscalização dos contratos de parceria público-privada, segundo o projeto em exame no Senado.

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, informou durante a audiência na comissão que a Casa Civil elaborou projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso para o fortalecimento das agências reguladoras. Segundo ele, esse é um elemento importante para dar tranquilidade aos investidores do setor privado.

Depois de votado na comissão, o projeto que institui o sistema PPP será examinado pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ser submetido ao Plenário.



POUPANÇA Fernando Mello (ao microfone) explica as sugestões dos fundos de pensão à parceria

Modelo agrada fundos de pensão e indústrias

O presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas da Previdência Complementar (Abrapp), Fernando Antonio Pimentel de Mello, afirmou, durante audiência pública ontem na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o interesse dos fundos de pensão em participar do projeto parceria público-privada (PPP). Ele assinalou ser necessário buscar alternativas de investimentos diante de um cenário de baixa de juros, que reduz o retorno das aplicações no mercado de renda fixa, segmento que soma hoje 64% dos R\$ 218 bilhões administrados pela previdência complementar no Brasil.

Fernando Mello ressaltou, entretanto, a necessidade de requisitos de segurança para dar tranquilidade aos investidores que participarão dos projetos a serem desenvolvidos pelo modelo PPP. A preocupação dos 2,3 milhões de brasilei-

ros que têm previdência complementar, disse ele, é com a credibilidade dos investimentos a serem feitos com os seus recursos. Integram a Abrapp, segundo informou, fundos de pensão como o do Banco do Brasil (Previ) e da Petrobras (Petros).

A utilização da poupança privada, reforçou o presidente da Abrapp, é a forma encontrada por muitos países para assegurar o seu desenvolvimento. Para ele, representará também o modo de liberar o Brasil do capital estrangeiro. A poupança privada, conforme Mello, responde atualmente por 18% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil e atinge 100% no Japão e 115% na Holanda.

O vice-presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), Ralph Lima Terra, apresentou também uma relação de reivindicações da entidade, elaboradas em consenso

com a Abrapp, segundo disse, para modificação do texto do projeto que cria o sistema PPP, encaminhado pela Câmara dos Deputados ao Senado. As entidades querem, por exemplo, um dispositivo que deixe claro que os riscos inerentes aos projetos deverão ser compartilhados pelo setor privado e pelo setor público.

– Considerando que são projetos de 25 a 30 anos, é necessário introduzir o conceito de ganhos e perdas para ambos os lados – defendeu.

Essas entidades reivindicam ainda a reintrodução de dispositivo retirado pelos deputados para que as obras a serem realizadas pelo sistema de parceria público-privada tenham precedência na liberação dos recursos orçamentários. Eles querem um artigo específico que estabeleça a possibilidade de entrada e saída de investidores durante a realização da obra contratada.

Secretário mexicano agradece Senado por visto

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o secretário de Relações Exteriores do México, Luis Ernesto Derbez, que se encontra no Brasil com o propósito de intensificar o relacionamento bilateral. Ele agradeceu ao Senado pela eliminação do requisito do visto para os cidadãos mexicanos.

O secretário explicou que o objetivo do encontro foi um intercâmbio de opiniões com o presidente do Senado, assim como uma troca de experiências sobre o que ainda pode ser feito para ampliar o relacionamento entre Brasil e México.

De acordo com Luis Ernesto Derbez, eles não trataram da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o acordo comercial destinado a constituir um bloco de livre circu-

lação de bens, serviços e capitais em todo o continente americano.

Tailandês visita Sarney

José Sarney recebeu também ontem o presidente do Parlamento da Tailândia, Uthai Pimchaichon, cuja visita ao Brasil tem por objetivo principal conhecer melhor a experiência brasileira com a mudança de capital e a construção de Brasília, visando colher subsídios de interesse para a realização de processo semelhante naquele país.

O visitante, que também é presidente da Câmara dos Deputados, trouxe em sua comitiva os senadores Anun Ponomnuay e Narong Amatayakul.

O presidente do Senado recebeu ainda o embaixador da França no Brasil, Jean de Gliniasty.



AMIZADE Sarney (D) conversa com o secretário Ernesto Derbez sobre relacionamento entre Brasil e México

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma